

O ESTADO DE S. PAULO
GERAL

ARQUEOLOGIA

Brasil perde pistas de seu passado pré-histórico

São 20 mil sítios com vestígios de ocupação humana, mas a maioria está se degradando

EVANILDO DA SILVEIRA

Quando Pedro Álvares Cabral pôs os pés pela primeira vez nesta parte do mundo, outros seres humanos já ocupavam o território que hoje é o Brasil havia milhares de anos. Como ágrafos (povos sem escrita) que eram, eles não deixaram nenhum registro escrito de sua história. Para contá-la, os arqueólogos modernos vasculham os locais que esses primeiros brasileiros habitaram em tempos remotos. São os sítios arqueológicos, dos quais existem cerca de 20 mil catalogados no Brasil. O problema é que a maioria está desprotegida e se degradando, vítima do vandalismo, de obras como barragens e rodovias e da falta de recursos e pessoal técnico para proteger e fiscalizar sua integridade.

Assim, o País está perdendo informações importantes sobre sua pré-história, antes mesmo de tê-las obtido. "Do ponto de vista científico, cada sítio é como se fosse uma palavra ou letra de um grande livro", diz o arqueólogo Marcos Albuquerque, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). "O entendimento de seu conjunto é que é o fundamental. A arqueologia não é apenas a recuperação de curiosidades, mas um elemento de compreensão da própria sociedade. Aquela que não conhece o seu passado não tem perspectiva de futuro."

Lei - Daí a importância de proteger os sítios arqueológicos, locais nos quais se encontram vestígios materiais de ocupações humanas passadas. Do ponto de vista legal, o Brasil até que não faz feio nesse aspecto. Desde 1961 existe

uma lei, a de número 3.924, pela qual os sítios são considerados bens patrimoniais da União e, portanto, contam, supostamente, com proteção especial.

Essa determinação foi reforçada pelo artigo 216 da Constituição Federal de 1988. Há ainda a Portaria 230, de 2002, que estabelece a obrigatoriedade de estudos de impacto arqueológico - assim como existe o estudo de impacto ambiental (EIA) - para a liberação de grandes empreendimentos, como barragens e rodovias, por exemplo.

O tombamento, um mecanismo que poderia reforçar a proteção, é pouco empregado, no entanto. Dos 20 mil sítios do País, apenas cinco são tombados: Sambaqui do Pindaí (São Luís, MA), Parque Nacional da Serra da Capivara (São Raimundo Nonato, PI), Inscrições Pré-Históricas do Rio Ingá (Ingá, PB), Sambaqui da Barra do Rio Itapitangui (Canaanéia, SP) e Lapa da Cerca Grande (Matozinhos, MG).

Na prática, no entanto, nem tudo funciona como o previsto no papel. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão do Ministério da Cultura responsável pela proteção dos bens arqueológicos do País, tem apenas seis arqueólogos para realizar esse trabalho em todo o território nacional. Dessa forma, praticamente só estão protegidos aqueles sítios onde universidades ou outras instituições realizam pesquisas.

Para a arqueóloga Rhonedés Perez, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), isso mostra que o Brasil não tem um projeto nacional de gestão de seus sítios arqueológicos. "Falta uma política pública para isso", critica. "O País tem uma quantidade muito grande de sítios, mas não tem estrutura para mantê-los, preservá-los e estudá-los. A consequência é a destruição de muitos deles, como os sambaquis,



Niède Guidon: sítios do Piauí estão pichados

OS SÍTIOS BRASILEIROS



Fabio Motta/AE

que é o tipo que eu estudo."

Litoral - Sambaquis são amontoados de conchas e restos de alimentos feitos por povos antigos, que habitavam o litoral e as beiras de lagoas e rios. A maioria se encontra nos litorais de Santa Catarina e de São Paulo e os mais antigos datam de 6 mil anos atrás. São fontes importantes de informações para tentar descobrir quem eram e como viviam esses povos. Muitos, no entanto, estão destruídos.

O arqueólogo André Prous, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), explica como isso ocorre. "Muitos são usados para fazer cal, pavimentos e até ração para gado e galinha", diz. "O que mostra como a situação dos sítios arqueológicos do Brasil está ruim. Estamos perdendo mui-



Rhonedés Perez: pesquisadora denuncia destruição de sambaquis

tas informações sobre o passado do País por causa dessas destruições."

Sua colega Niède Guidon, da Fundação Museu do Ho-

mem Americano (Fumdam), que administra o Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, no Piauí, onde existem mais

Tasso Marcelo/AE

Pesquisadora quer retomar estudo em sítio mais fundo da América

Arqueóloga Maria Beltrão busca recursos para trabalhar em região no interior do Rio

BEATRIZ COELHO SILVA

RIO - Um dos sítios arqueológicos mais importantes do País está a 50 quilômetros do centro do Rio, na Bacia Calcária de São José do Itaboraí, zona rural do município do mesmo nome - no caminho para a Região dos Lagos.

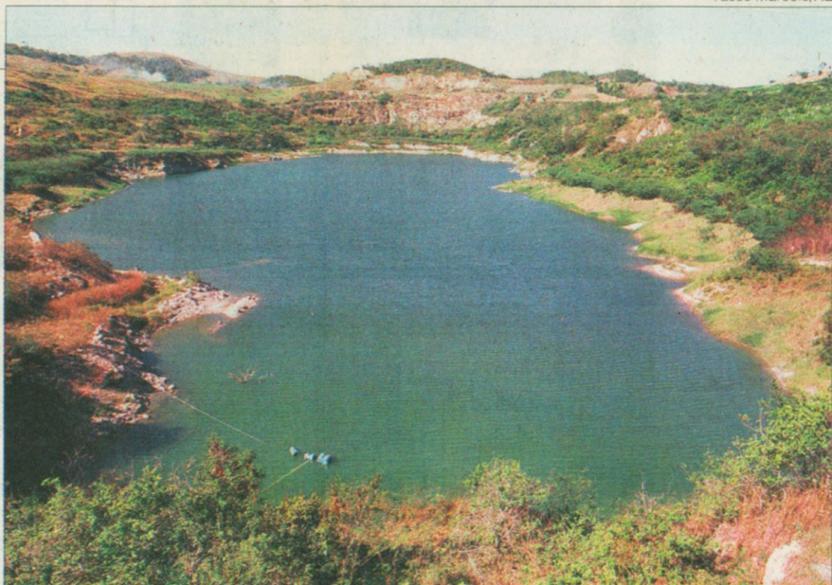
A arqueóloga Maria Beltrão, do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, busca apoio para retomar os estudos que desenvolveu lá até os anos 80, quando encontrou vestígios de vida datados de 65 milhões de anos (imediatamente posteriores à extinção dos dinossauros

apresente de forma tão completa a evolução tecnológica lítica lascada (os avanços do homem pré-histórico da Idade da Pedra)", diz Maria Beltrão, que volta à região terça-feira, para uma aula de campo com seus alunos de pós-graduação em Geologia, do Museu Nacional.

"Com o que pesquisei até agora, conto uma história cheia de lacunas que, só com a escavação em maior profundidade, será possível esclarecer. Mas é preciso um apoio técnico para prospecção que só grandes empresas, uma Petrobrás, por exemplo, podem dar", diz ela.

O sítio foi descoberto na década de 30, quando o local era área de extração da fábrica de cimento Mauá. Com o fim da exploração comercial, começou a científica e Maria Beltrão chegou em meados dos anos 70. As escavações tiveram início em 1979 e se tornaram sistemáticas dois anos depois. Em 1987, ela elaborou uma hipótese nova sobre o povoamento das Américas.

"Como foram encontrados vestígios de pelo menos 200 mil anos da presença humana, é preciso rever a tese de que o homem chegou aqui pelo Estreito de Behring, ao norte, já que não há sinais humanos



São José do Itaboraí: sítio, no Rio, tem vestígios de animais anteriores à era dos dinossauros

Tasso Marcelo/AE



Fósseis de gastrópodes: faltam recursos para pesquisa no local

tão antigos no trajeto que eles teriam feito", explica ela. "Hoje há outros estudos que defendem essa teoria."

O principal ponto de explo-

ração é o Morro do Dinamite, um paredão de 70 metros de altura, debruçado sobre um lago natural formado na cratera de um vulcão extinto. Mesmo a

oito nu é possível ver várias camadas, mas a topografia exige o uso de guindastes para realizar escavações. "Lá achamos vestígios do xerunguludo (um herbívoro que habitou a região entre 60 milhões e 70 milhões de anos), de répteis e vegetais, sempre fossilizados, em forma de pequenos cocos", conta. "Com cinco métodos de datação relativos conseguimos estabelecer há quanto tempo o homem chegou lá."

Maria Beltrão diz que na região se encontraram também fósseis dos mamíferos mais antigos do Brasil, animais do Pleistoceno (entre 2 milhões e 3 milhões de anos), como o *Eremotherium* (a preguiça gigante, quase do tamanho de uma árvore) e o *Haplomastodon*

de 550 sítios, tem outros exemplos de perda do patrimônio arqueológico nacional. "No Parque Nacional Serra das Confusões, a 60 quilômetros daqui, as pinturas, idênticas às que temos aqui, estão sendo pichadas com tinta a óleo", diz. "E fui informada que no sul do Piauí, na divisa com o Maranhão, há sítios extraordinários sendo pichados."

Por isso, ela classifica de "ridículo" o número de arqueólogos do Iphan. "Só aqui, nós precisaríamos de 70", calcula. "Mas não temos nenhum. Seria necessário que o governo federal colocasse funcionários do Iphan trabalhando para impedir a destruição desses sítios. Se o Brasil aproveitasse esse patrimônio, para desenvolver o turismo arqueológico e cultural, poderia aumentar grandemente o fluxo turístico, atualmente absolutamente ridículo, e, conseqüentemente, fazer muito dinheiro."

Para Niède, o Brasil deveria copiar países como França, África do Sul, Itália, Grécia, Peru e México, por exemplo, que exploram o turismo arqueológico. "Se o governo não puser funcionários trabalhando, não conseguiremos defender o nosso patrimônio", alerta. "E isso tudo aqui vai por água abaixo, incluindo o nosso trabalho aqui de mais de 30 anos, 25 dos quais como uma missão franco-brasileira."

Para o presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), José Luiz de Moraes, no entanto, nem tudo está perdido. "De uns dez anos para cá, o Brasil começou a cuidar melhor de seus sítios", diz. "Temos uma boa legislação, que está sendo consolidada."

Ele reconhece, entretanto, que o País ainda precisa avançar muito no tratamento que dispensa ao seu patrimônio arqueológico. "Temos poucos arqueólogos no País", diz. "São apenas cerca de 150. Precisamos investir na formação de novos profissionais da área."

O Iphan reconhece que o número de arqueólogos que tem é pequeno, mas já encaminhou ao Ministério do Planejamento e Gestão pedido de abertura de concurso para a contratação de mais técnicos.

■ Mais informações na página 19

(um elefante gigante) que devem ter convivido com o homem pré-histórico. "Há choppers (a primeira pedra lascada), bifaces (quando já há um gume), até chegar ao machado sobre lasca, o que indica a presença humana durante um longo período de tempo", ensina ela. "O que precisamos agora é ligar esses vários pontos e com novas pesquisas."

Maria Beltrão já tem financiamento para pesquisas que desenvolve no interior da Bahia. Para retomar seus trabalhos no Rio, precisa encontrar apoio - embora ainda não tenha orçado o custo do trabalho.

Financiamento - Apoios institucionais ela já tem. Além do Museu Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Museu de Ciências da Terra têm interesse em sua pesquisa. A prefeitura de Itaboraí também sonha em instalar um parque arqueológico na área, já tombada desde 1995. Para a efetivação do parque, ainda é necessária a orientação técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (à qual o Museu Nacional está ligado) e de outras instituições.

"Há pessoas morando lá, mas não há riscos de invasões, pois fica na zona rural do município", adianta o secretário de Governo de Itaboraí, Alvaro Adolfo. "A idéia é cercar a área e explorá-la para o turismo e para o desenvolvimento das pesquisas, que são um patrimônio de todo o País."